

# BOLETIM

## DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

---

# Nº 08

1º TRIMESTRE DE 2022



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**  
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

**PUCRS**



## **SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.**

Boletim Desigualdade nas Metr p les. Porto Alegre/RS, n. 08, 2022

Disponível em:

<<https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/>>

\*As manifesta es expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posi o das institui es envolvidas no projeto.

### **FICHA TÉCNICA**

#### **PESQUISADORES RESPONSÁVEIS**

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata

Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr p les

Pesquisador da Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Coordenador do Núcleo RJ do Observatório das Metr p les

#### **MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA**

Paula Guedes Martins Ferreira

Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr p les

#### **INSTITUI ES ENVOLVIDAS**

Observatório das Metr p les (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Rede de Observatórios da D vida Social na América Latina (RedODSAL)

#### **FOMENTO**

Funda o PORTICUS

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

#### **AGRADECIMENTOS**

Data Zoom (<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/>)

#### **CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICA O E MARKETING)**

PUCRS (ASCOM)

imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br

(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunica o Observatório das Metr p les

comunicacao@observatoriodasmetrosoles.net

## DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

A média de rendimentos no conjunto das regiões metropolitanas segue comportamento de queda, alcançando no 1º trimestre de 2022, pelo segundo trimestre consecutivo, o pior nível de toda a série histórica iniciada em 2012, com o valor de R\$ 1.405,73.

2

Após cinco trimestres consecutivos de crescimento, a média de renda do trabalho dos 40% mais pobres no conjunto das metrópoles caiu no 1º trimestre de 2022, chegando a R\$ 240,79 per capita.

3

Na comparação com o último trimestre pré pandêmico, o 1º trimestre de 2020, a renda dos 40% mais pobres ainda era 10,7% menor no 1º trimestre de 2022. A renda dos 10% mais ricos, por sua vez, era 15,2% menor. Essa perda relativa do rendimento dos mais ricos, combinada com a elevação relativa dos rendimentos dos mais pobres, explica a diminuição da desigualdade de renda numa situação de redução do rendimento médio.

4

No 1º trimestre de 2022, após cinco trimestres de queda, voltou a aumentar o percentual de moradores do conjunto das metrópoles que viviam em domicílios cuja renda média per capita do trabalho era de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, chegando a 25,2%. Em termos absolutos, no 1º trimestre de 2022 o número de moradores com rendimento de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo correspondia a 21,1 milhões de pessoas.

## DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

5

O mesmo crescimento foi registrado na taxa de crianças de até 5 anos de idade que viviam em lares com rendimentos do trabalho inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo per capita nas metrópoles brasileiras. Essa taxa alcançou 29,2% da população de crianças, patamar próximo ao registrado no auge da pandemia: 32,2%. Em termos absolutos, no 1º trimestre de 2022 havia 1,8 milhões de crianças nessa situação, o que é um número maior que o da população total de Regiões Metropolitanas como Natal, João Pessoa, Maceió ou Florianópolis, entre outras.

6

Na média das metrópoles, a desigualdade - mensurada através do coeficiente de Gini - apresentou comportamento de queda no 1º trimestre de 2022 e registrou 0,595, nível inferior aos registrados durante o período pandêmico e equivalente aos registrados ao longo dos anos de 2018 e de 2019.

7

A razão de rendimentos entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, outro indicador de desigualdade abordado neste Boletim, também registrou queda, alcançando resultado de 28,8, o que significa que os 10% mais ricos ganhavam, em média, 28,8 vezes mais que os 40% mais pobres. Esse resultado indica com clareza que, embora em queda, a desigualdade de renda nas metrópoles ainda se encontra em patamares alarmantes.



# 01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI<sup>1</sup> e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país<sup>2</sup>. E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

---

1 Fundo Monetário Internacional.

---

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo<sup>3</sup>.

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins,

e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

---

3 Ver notas metodológicas, abaixo.



# NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

## 02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda, e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas<sup>4</sup> e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o 2º trimestre de 2015, quando se elevou até o 1º trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o 1º trimestre de 2020. Nos dois trimestres seguintes de 2020, no momento inicial da pandemia, ocorreu significativo aumento no Gini, alcançando o maior valor da série histórica: 0,635. A partir do último

trimestre de 2020 até o 1º trimestre de 2022, se percebe uma redução constante do coeficiente, chegando a 0,595.

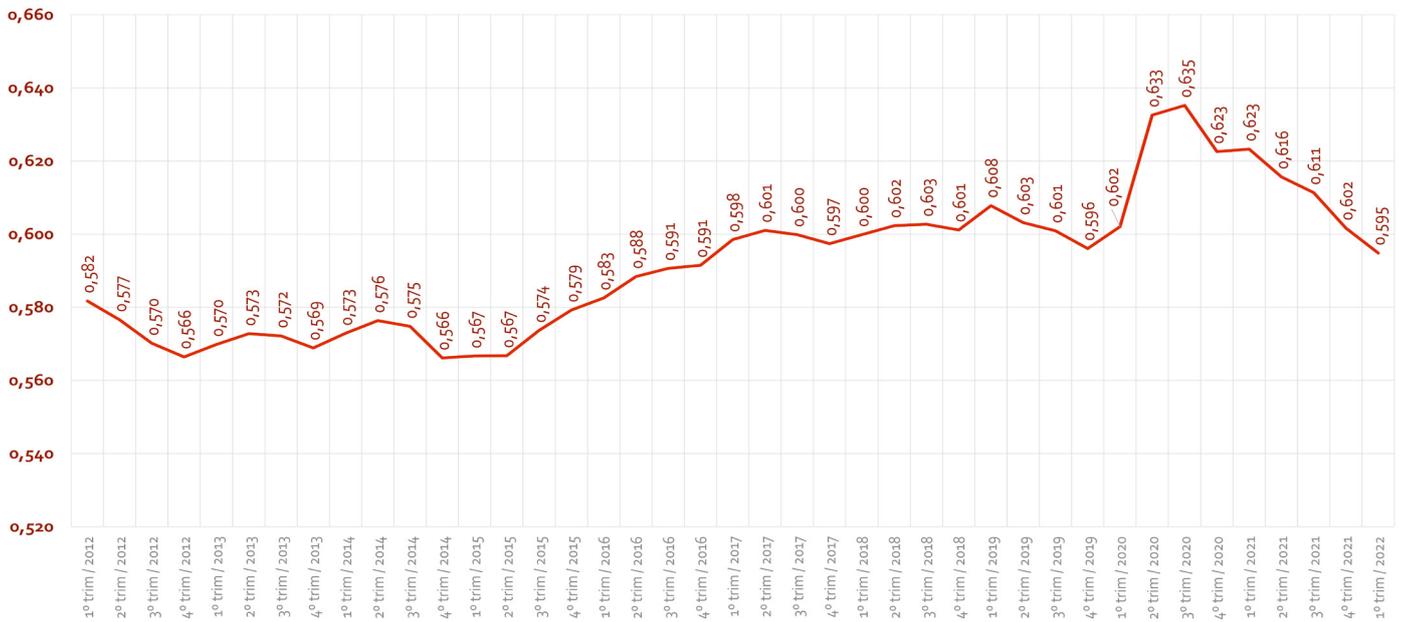
Com a redução, o valor no trimestre mais recente alcança, pela primeira vez, valor inferior ao alcançado antes de se registrarem os efeitos da pandemia, e aos registrados durante a maior parte de 2018 e 2019. Em que pese se tratar de um valor bastante alto e indicador de uma elevada desigualdade de renda, isto indica uma superação da variação registrada durante o período pandêmico.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2019, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, o que aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país - decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela pandemia da Covid-19 a partir de 2020. A média móvel encontrada no 1º trimestre de 2022 – de 0,606 – repete o comportamento de redução registrado no trimestre anterior, mas ainda apresenta valores mais altos do que os valores pré-pandêmicos, já que leva em consideração os valores dos três trimestres anteriores.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões

---

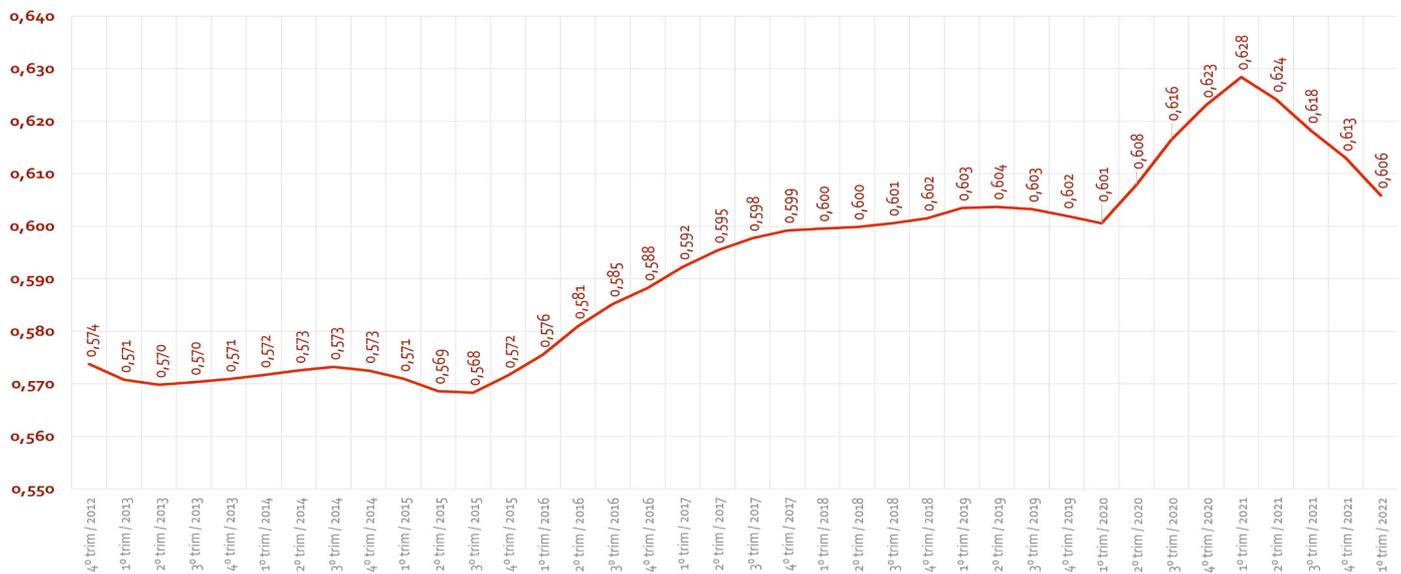
4 Isto é, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.



**FIGURA 1: Evolução da média do coeficiente de Gini\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



**FIGURA 2: Evolução da média móvel do coeficiente de Gini\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Metropolitanas, agrupadas pelas macrorregiões geográficas Norte, Nordeste<sup>5</sup>, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar a tendência da evolução das desigualdades de cada uma das Regiões Metropolitanas ao longo da série histórica.

No começo da série histórica, no 4º trimestre de 2012, a Região Metropolitana de Manaus apresentava o maior nível de desigualdade medida pelo coeficiente de Gini entre as metrópoles da região Norte, seguida por Macapá e, por último, Belém. Essas posições permaneceram até o 3º trimestre de 2018, quando a Região Metropolitana de Belém ultrapassou o Gini da Região Metropolitana de Manaus. Ao longo do período da pandemia, o coeficiente de Gini se elevou abruptamente nas Regiões Metropolitanas de Manaus e Belém, conforme o comportamento nacional. Contudo, apenas em Manaus se verificou uma queda constante no índice ao longo de 2021, chegando ao menor coeficiente da região no trimestre atual. No 1º trimestre de 2022 a Região Metropolitana de Belém apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,641], seguida pela Região Metropolitana de Macapá [0,589] e, por último, a Região Metropolitana de Manaus [0,581].

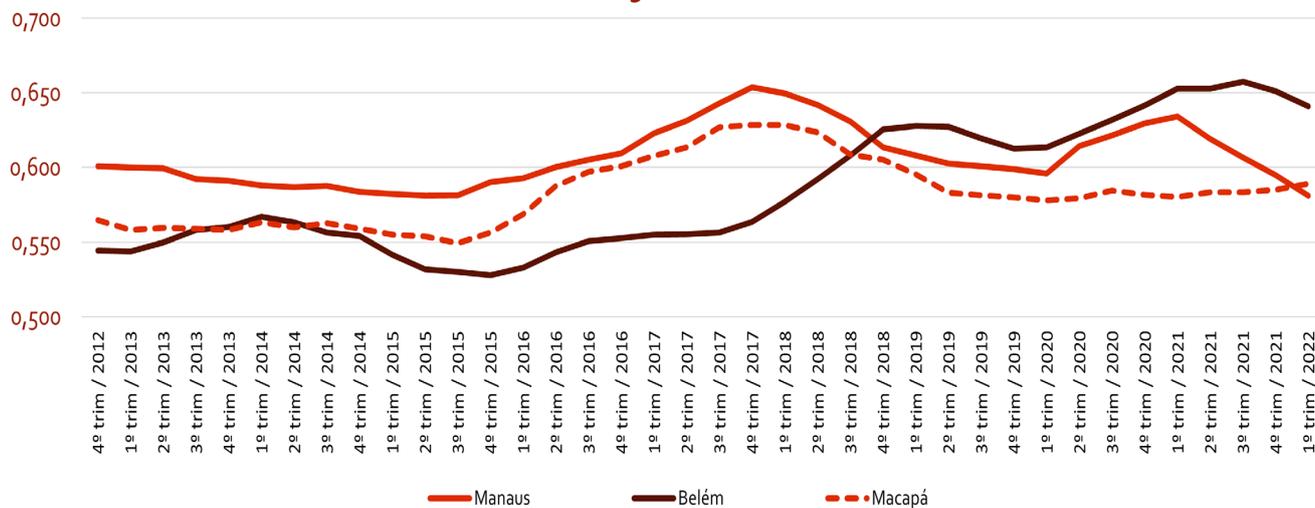
---

5 Em função do grande número de regiões metropolitanas no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

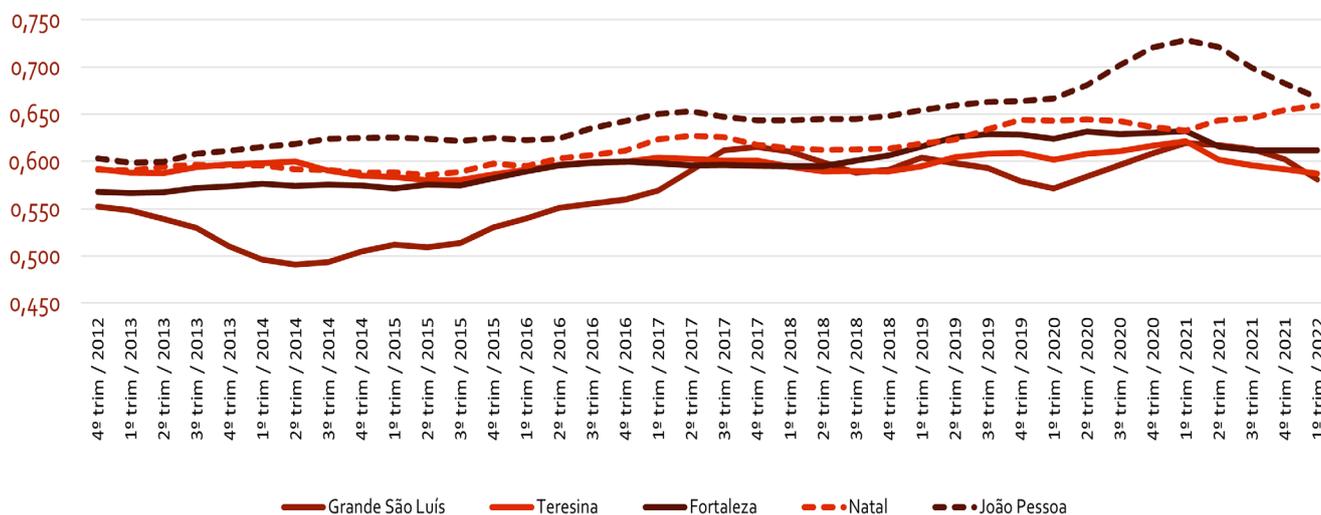
As Regiões Metropolitanas da região Nordeste I apresentaram trajetórias muito semelhantes ao longo da série histórica, com exceção da Região Metropolitana da Grande São Luís, que entre 2014 e 2017 registrou um patamar menos elevado de desigualdade. Entre o quarto trimestre de 2012 e o 2º trimestre de 2021 todas as Regiões Metropolitanas apresentaram aumento no coeficiente de Gini, porém a ordem entre elas sofreu alteração. Durante o período pandêmico, as metrópoles que tiveram maiores elevações no coeficiente de Gini foram João Pessoa e Grande São Luís, mas que se reduziram parcialmente ao longo de 2021. No 1º trimestre de 2022 a Região Metropolitana de João Pessoa apresentou o maior nível da média móvel do coeficiente de Gini da macrorregião [0,667], seguida pelas Regiões Metropolitanas de Natal [0,659], Fortaleza [0,612], Teresina [0,587] e Grande São Luís [0,581].

As Regiões Metropolitanas da região Nordeste II também apresentaram trajetórias semelhantes ao longo da série histórica, apesar de certas oscilações entre um trimestre e outro. Ao longo do período da pandemia, as maiores elevações foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Aracaju, mas com relativa recuperação ao longo de 2021, semelhante ao padrão nacional. Dessa forma, no 1º trimestre de 2022 o maior valor da média móvel é registrado em Recife [0,654], seguido de Aracaju [0,644], Maceió [0,638] e Salvador [0,633].

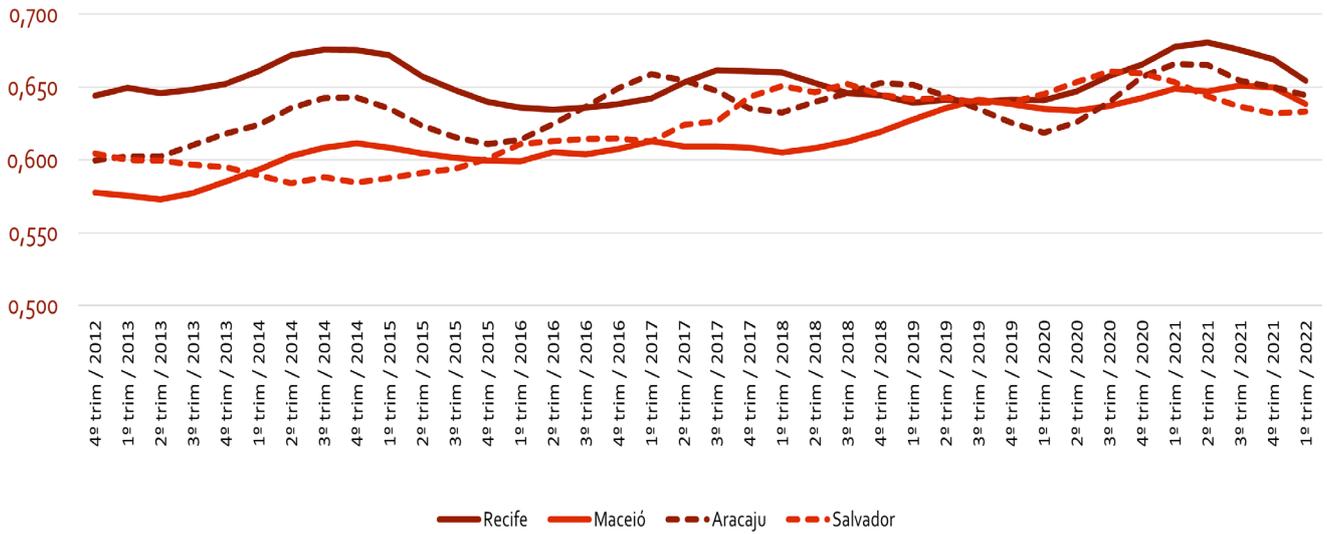
### Região Norte



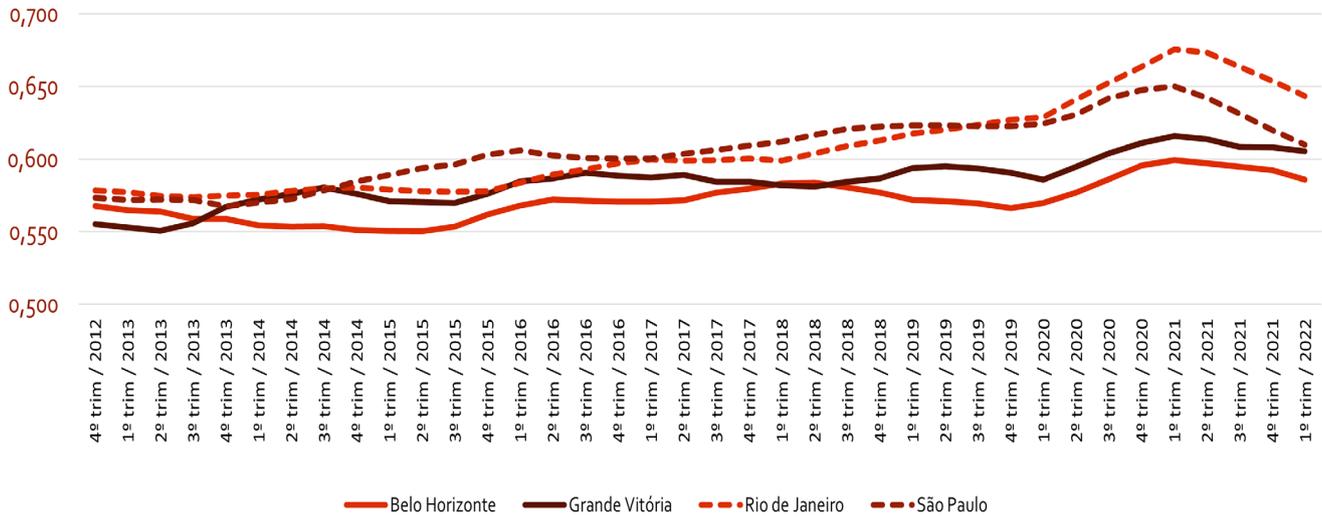
### Região Nordeste I

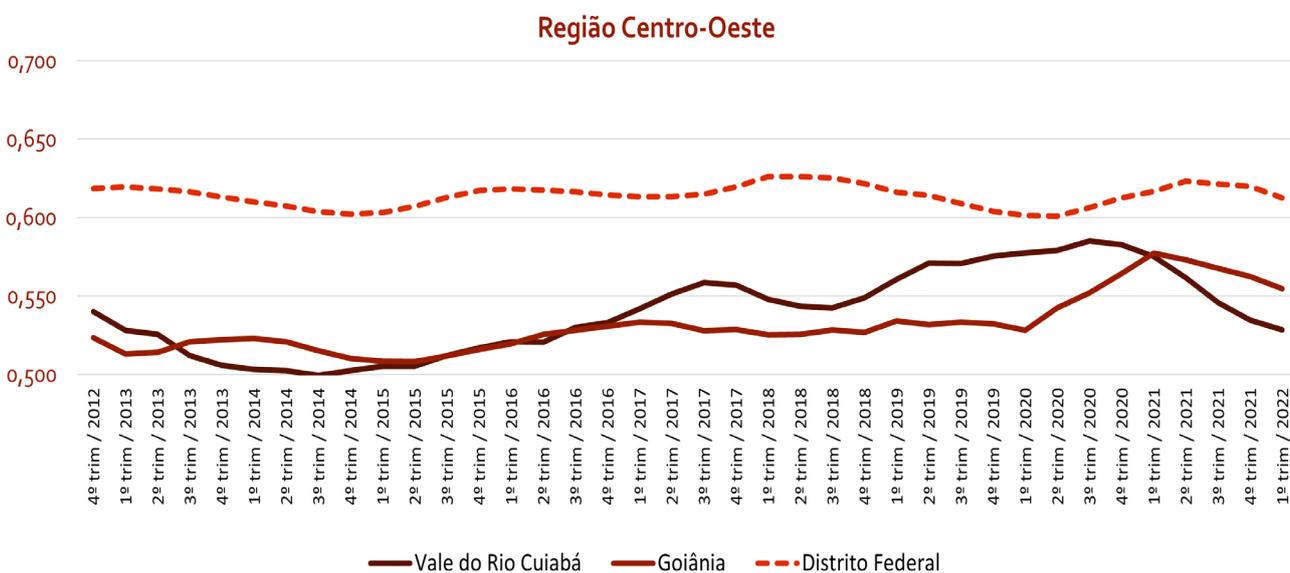
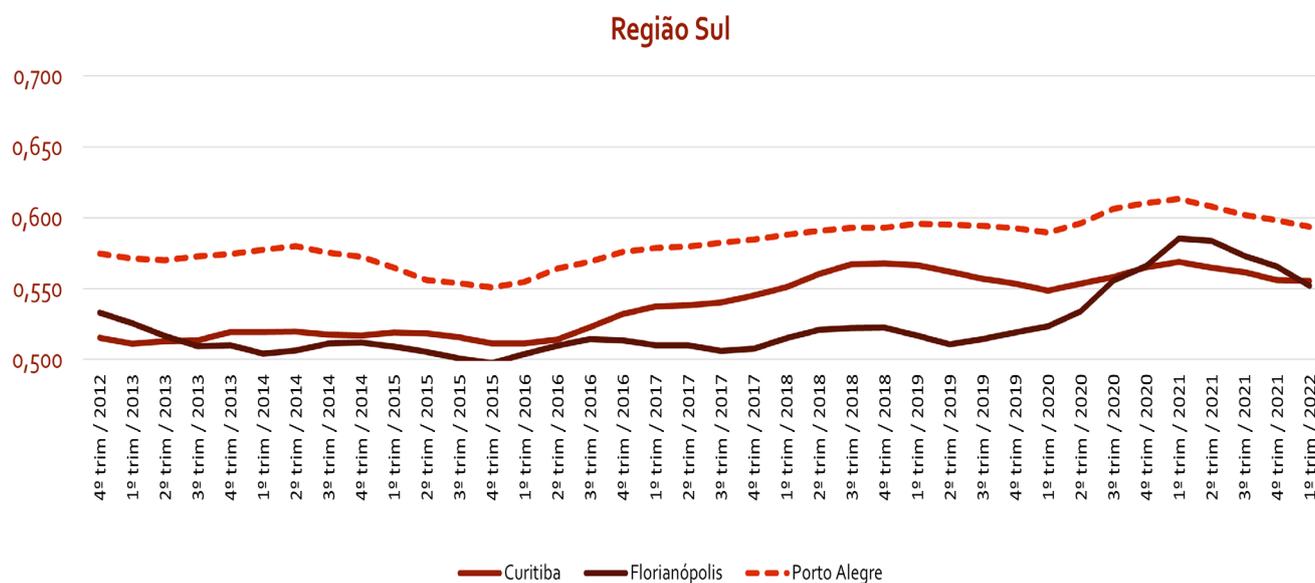


### Região Nordeste II



### Região Sudeste





**FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini\* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de Grande Vitória nos últimos anos. Esse processo se aprofunda ao longo de 2020, quando se verifica a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020 em todas as metrópoles, mas é seguida por uma aproximação da metrópole de São Paulo do restante, através da redução do coeficiente ao longo de 2021. Mantendo a ordem registrada desde o início de 2020, no 1º trimestre de 2022 a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou o maior valor da média móvel da região [0,643] seguida das Regiões Metropolitanas de São Paulo [0,610], Grande Vitória [0,606] e Belo Horizonte [0,586].

A região Sul apresentou os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três Regiões Metropolitanas até 2020, quando esse patamar foi superado pela Região Metropolitana de Porto Alegre - que alcançou a média móvel do Gini de 0,613. No período da pandemia, a Região Metropolitana de Florianópolis registrou um forte aumento no coeficiente de Gini e registrou ainda valores muito superiores aos registrados em 2019, se diferenciando das outras regiões que tiveram um comportamento mais estável. Apesar do aumento, a metrópole de

Florianópolis não superou os valores registrados em Porto Alegre e, no trimestre mais recente voltou a ser a região com menores coeficientes. No 1º trimestre de 2022, a região metropolitana de Porto Alegre apresentou a maior média móvel da macrorregião [0,594], seguida das Regiões Metropolitanas de Curitiba [0,555] e Florianópolis [0,552].

A região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna entre suas Regiões Metropolitanas, com a distância no comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As Regiões Metropolitanas do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016. Em 2020 a Região Metropolitana de Goiânia teve um elevado crescimento da desigualdade, superando a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, que teve uma expressiva redução do coeficiente em 2021. Dessa forma, os valores das médias móveis do coeficiente de Gini para essas Regiões Metropolitanas no 1º trimestre de 2022 foram: 0,618 para o Distrito Federal, 0,555 para Goiânia e 0,528 para o Vale do Rio Cuiabá.

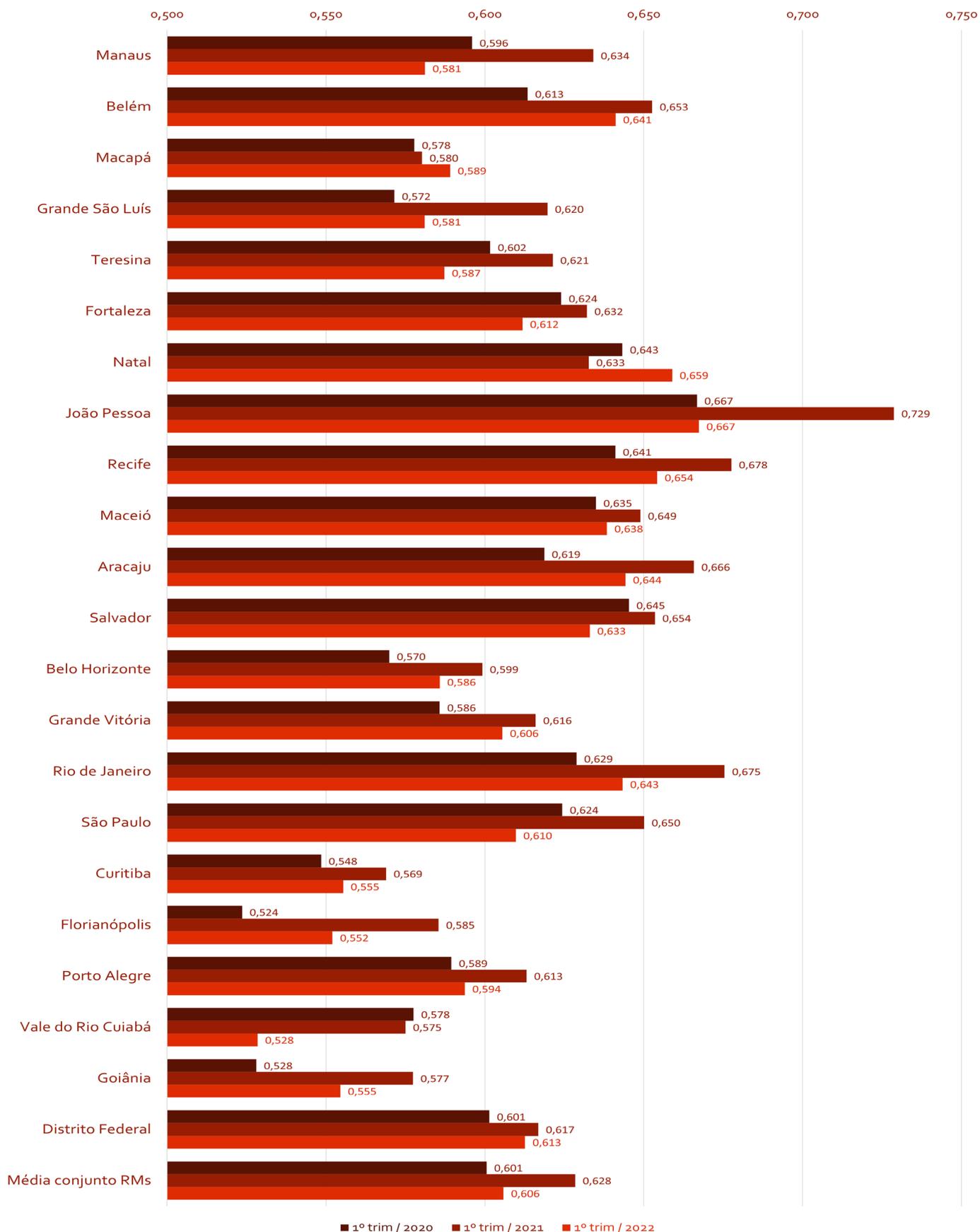
Na figura 4, estão expostas as médias móveis de quatro trimestres do coeficiente de Gini para cada uma das Regiões Metropolitanas e para o seu conjunto, observadas no 1º trimestre de 2020, no 1º trimestre de 2021 e no 1º trimestre de 2022. Assim é possível comparar para o mesmo período do ano a situação

imediatamente anterior aos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19 (1º trim/2020), durante o período mais grave da pandemia (1º trim/2021) e a situação mais recente (1º trim/2022). É importante destacar que se trata de média móvel, e que, portanto, os dados são relativos ao trimestre em questão e aos 3 trimestres que o antecedem. Desse modo, os dados concernentes ao 1º trimestre de 2021 incluem dois trimestres onde os efeitos da pandemia foram muito agudos (2º trimestre de 2020 e 3º trimestre de 2020) e dois trimestres onde começou a se apresentar uma recuperação (4º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021). Da mesma forma deve se compreender as médias móveis dos 1º trimestres de 2020 e 2022.

Na comparação entre os três períodos, a desigualdade de renda apresentou um aumento de 4,6% entre os 1º trimestres de 2020 e 2021 seguida de uma diminuição no ano seguinte, de 3,6%, na média das Regiões Metropolitanas, indicando uma retomada aos valores registrados antes da pandemia para a desigualdade de renda medida pelo Coeficiente de Gini. Embora as metrópoles apresentem comportamentos diferentes ao longo dos dois anos de comparação, em quase todas as metrópoles se registrou crescimento elevado do coeficiente de Gini entre o 1º trimestre de 2020 e 2021, seguido de uma queda entre o mesmo trimestre de 2021 e 2022 (as exceções foram as regiões metropolitanas de Natal e do Vale do Rio Cuiabá). Além disso, na maior parte delas (14 dentre as 22) os valores registrados no

1º trimestre de 2022 é superior ao registrado antes da pandemia, no 1º trimestre de 2020. Dessa forma, os dados indicam que apesar da tendência de redução das desigualdades ao longo dos últimos trimestres, na maior parte das metrópoles as desigualdades de renda se encontram em patamares superiores ao verificado no período anterior à pandemia.

As cinco metrópoles mais desiguais no 1º trimestre de 2022 foram, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa [0,667], Natal [0,659], Recife [0,654], Aracaju [0,644] e Rio de Janeiro [0,643]. Já as cinco metrópoles menos desiguais, em ordem decrescente de desigualdade de renda, foram as seguintes: Grande São Luís [0,581], Curitiba [0,555], Goiânia [0,555], Florianópolis [0,552] e Vale do Rio Cuiabá [0,528].



**FIGURA 4: Coeficiente de Gini\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



## 03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

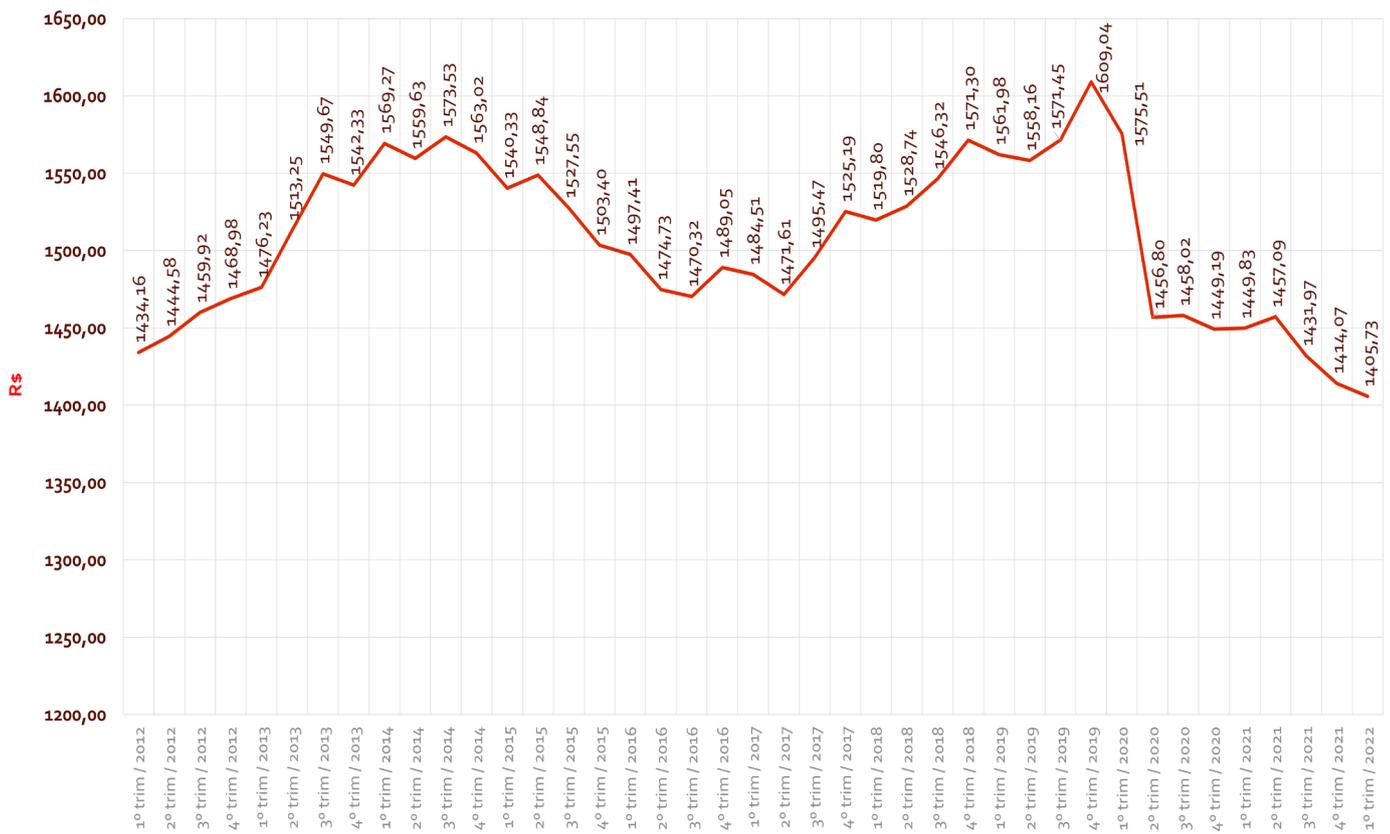
Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda<sup>6</sup>: os 40% da base da distribuição de renda, considerados os mais pobres, os 50% intermediários e os 10% do topo da distribuição, considerados os mais ricos. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato dos mais ricos e dos mais pobres. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade da distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social, que caracteriza o fenômeno no Brasil.

Na figura 5 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das Regiões Metropolitanas. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o

1º e 2º trimestres – como efeito da pandemia. Nos quatro trimestres seguintes se verificou um padrão de estabilidade com a média de rendimentos fluando em torno de R\$1.450. Contudo, nos últimos três trimestres se registraram quedas consecutivas e o valor da média de rendimentos chegou a R\$1.405,73, alcançando no segundo trimestre consecutivo o menor valor registrado na série histórica. Dessa forma, a queda da renda nos últimos oito trimestres (desde o 4º trimestre de 2019) mais do que reverteu os ganhos obtidos desde 2012.

Na figura 6 está exposta a média móvel da renda domiciliar per capita para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. Para o conjunto das regiões metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda de 8,0% entre o 1º trimestre de 2020 e o mesmo trimestre de 2021, e uma queda de 1,8% entre o 1º trimestre de 2021 e o mesmo trimestre de 2022, consolidando uma queda de 9,6% ao longo de dois anos, a maior da série histórica, pelo segundo trimestre seguido. Apenas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Macapá, Teresina, Aracaju, Maceió, Belo Horizonte e Florianópolis a renda média domiciliar per capita no 1º trimestre de 2022 foi superior à renda registrada no 1º trimestre de 2020. No restante, embora se registrem comportamentos distintos no 4º trimestre de 2020, se verificaram quedas no rendimento no período de dois anos. Essa queda foi mais elevada nas Regiões

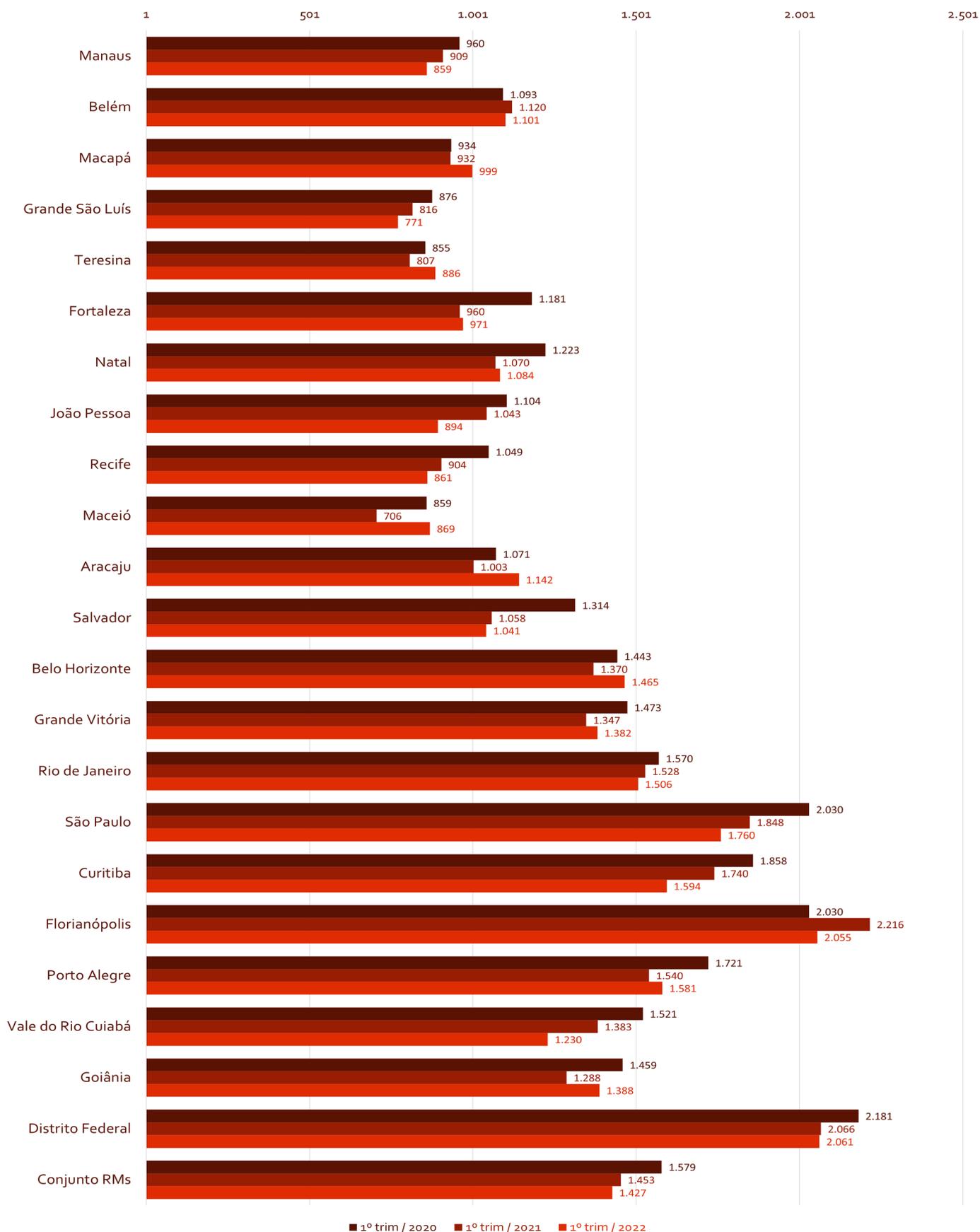
6 Definidos a partir das informações de rendimento domiciliar per capita do trabalho para cada uma das RMs, separadamente.



**FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos\* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



**FIGURA 6: Média da renda domiciliar per capita\* - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Metropolitanas de Salvador [-20,8%], Vale do Rio Cuiabá [-19,1%], João Pessoa [-19,0%], Recife [-17,9%] e Fortaleza [-17,8%].

Na comparação macrorregional brasileira, as Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média domiciliar per capita no 4º trimestre de 2021 foram aquelas situadas nas regiões Norte e Nordeste. Todas elas apresentaram nível de renda média domiciliar per capita abaixo da média do conjunto das Regiões Metropolitanas. Em ordem crescente, as cinco Regiões Metropolitanas que apresentaram os menores níveis de renda média foram: Grande São Luís [R\$ 771], Manaus [R\$ 859], Recife [R\$ 861], Maceió [R\$869] e Teresina [R\$ 885]. As Regiões Metropolitanas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, situando-se acima da média do conjunto das metrópoles, foram, em ordem decrescente, Distrito Federal [R\$ 2.061], Florianópolis [R\$ 2.055], São Paulo [R\$ 1.760], Curitiba [R\$ 1.594] e Porto Alegre [R\$ 1.581].

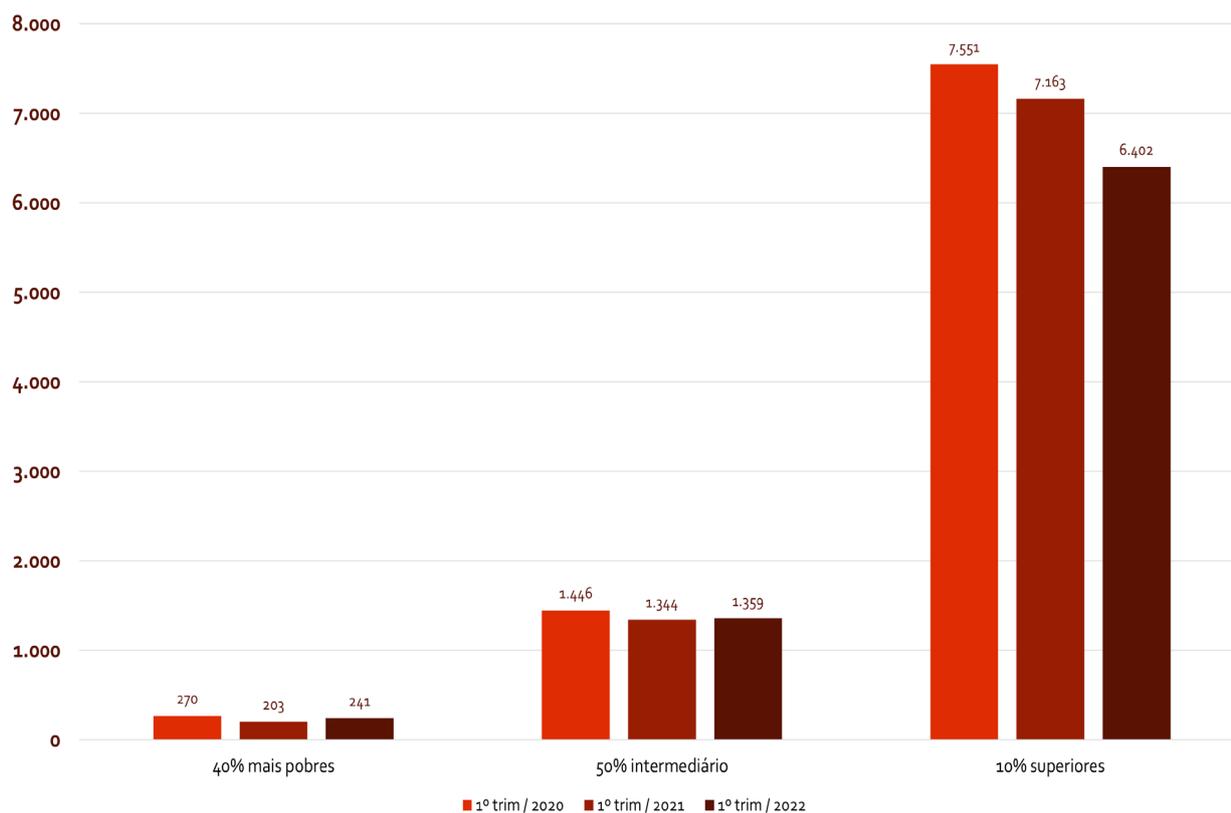
Na figura 7 está exposto o rendimento médio per capita segundo os estratos de renda dos 40% da base da distribuição, dos 50% intermediários e dos 10% do topo, para o conjunto das Regiões Metropolitanas, nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. No período, observamos que os estratos das pessoas mais pobres e intermediário de renda tiveram queda do rendimento médio per capita no primeiro ano, e um aumento no ano seguinte. No entanto, esse aumento foi inferior à queda

registrada anteriormente, consolidando uma redução no período de dois anos, alcançando respectivamente os valores de R\$ 241 e R\$ 1.359 de rendimento médio. Já para o estrato mais rico, o padrão foi de queda nos dois momentos, chegando ao rendimento médio de R\$ 6.402.

Na Figura 8 temos a variação relativa do rendimento médio per capita ao longo do período pandêmico – do 2º trimestre de 2020 a 1º trimestre de 2022 – em relação ao 1º trimestre de 2020, aquele imediatamente anterior à crise sanitária, segundo os estratos de renda. O que se nota é que todos os estratos apresentaram perdas na renda média ao longo dos últimos trimestres e que essas perdas foram mais graves para os mais pobres nos trimestres seguintes ao início da crise, chegando a representar uma perda de 32%, no 3º trimestre de 2020. Nos trimestres seguintes, esse estrato foi recuperando seu patamar de renda até registrar a menor perda relativa de 8,9%, no 4º trimestre de 2021. Contudo, no 1º trimestre de 2022, se registrou nova perda relativa e a média de rendimentos alcançou valor 10,7% menor que o registrado antes da pandemia.

O estrato dos 50% intermediários da distribuição de renda apresentou perdas relativas em relação ao 1º trimestre de 2020 em patamares que variaram de -7,2% (3º trimestre de 2020) até -4,9% (2º trimestre de 2021) e chegou no 1º trimestre de 2022 a -6,0%.

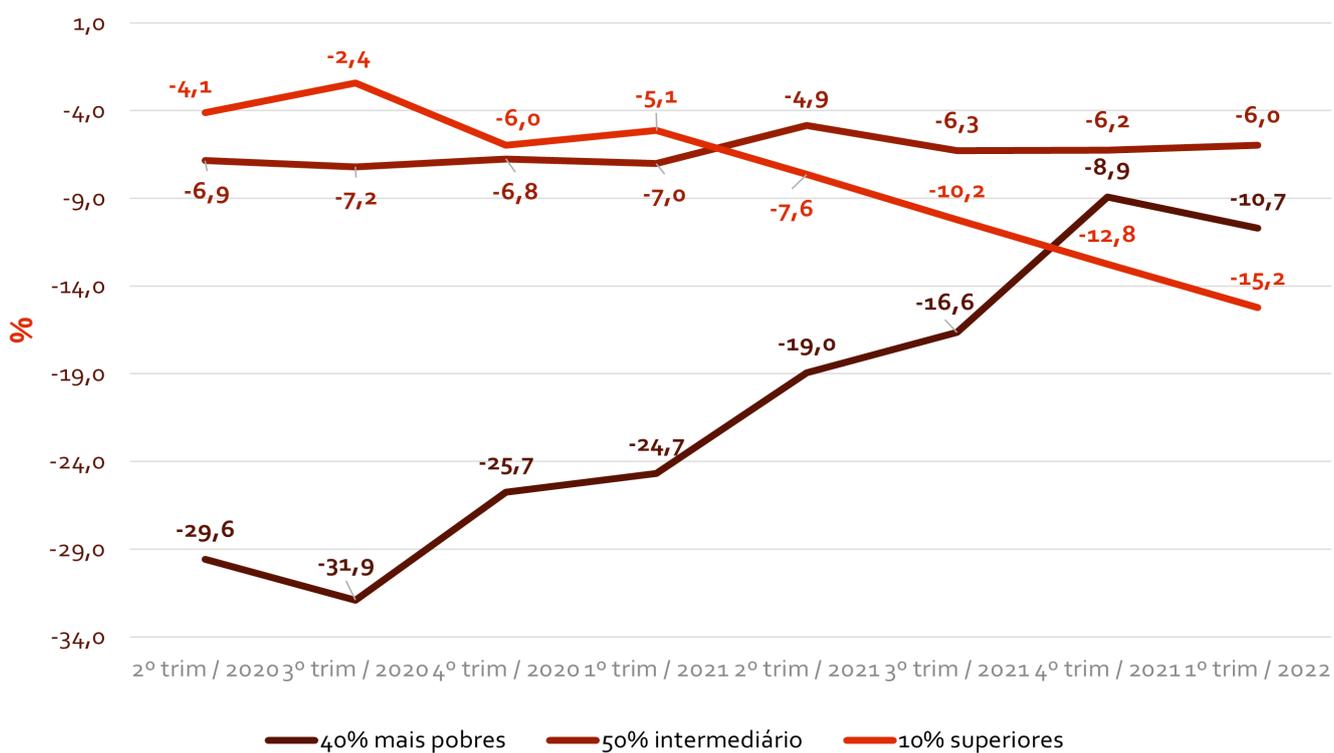
Entre os 10% mais ricos se registrou perdas relativas



**FIGURA 7: Média de rendimentos\* por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



**FIGURA 8: Perdas relativas na média de rendimentos\* em relação ao valor encontrado no 1º trimestre de 2020, por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

que variaram de -2,5% (3º trimestre de 2020) até -15,2% (1º trimestre de 2022). Se nos primeiros trimestres da pandemia os mais ricos apresentaram perdas relativas pequenas, um ano depois esse estrato de renda passou também a sentir de modo mais intenso a redução no seu nível de rendimento médio com quatro trimestres em queda consecutiva, sendo que no 4º trimestre de 2021 chegou a superar as perdas relativas dos mais pobres.

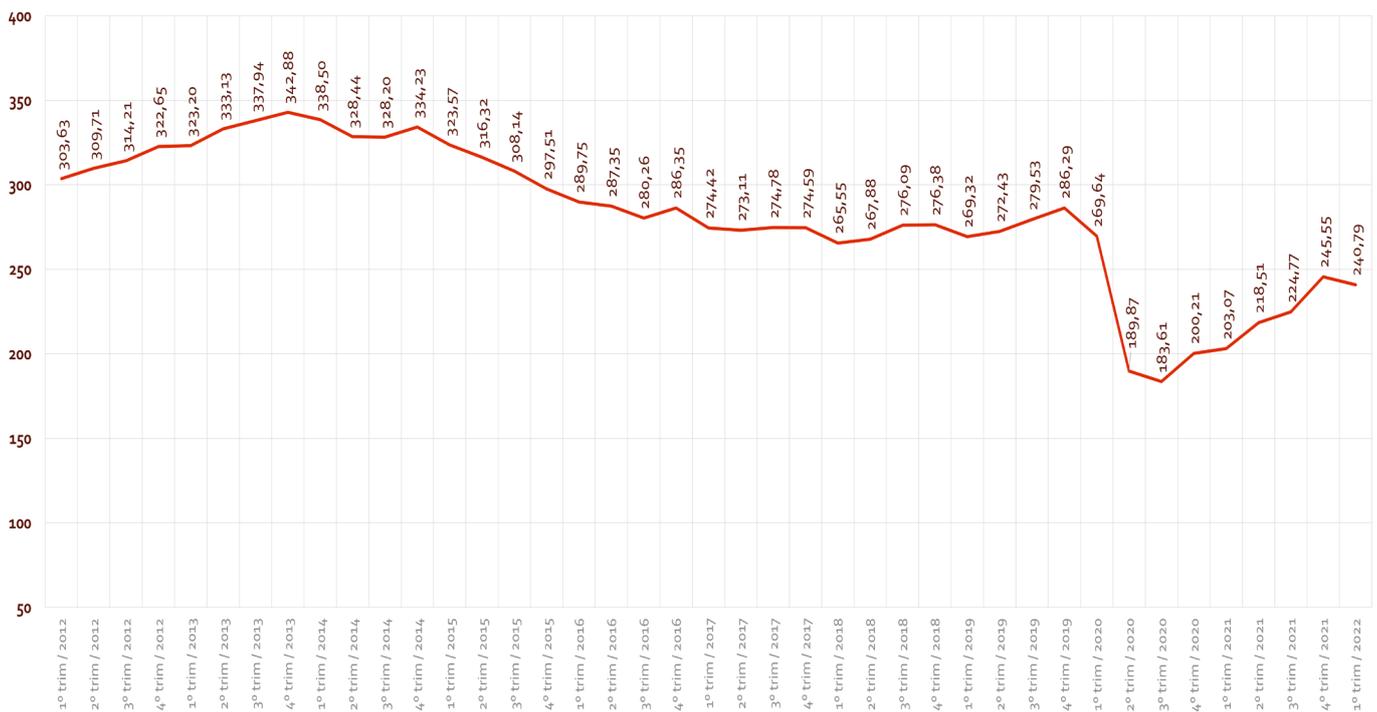
Portanto, há algumas diferenças marcantes entre o que ocorreu nos primeiros e nos últimos trimestres da pandemia. Enquanto entre 2019 e 2020 os mais pobres sofreram uma queda brutal em seus rendimentos, muito superior ao que ocorrera com os mais ricos, entre 2020 e 2021 essa tendência se reverteu. Por um lado, a renda dos mais pobres foi se recuperando, ainda que esteja longe de alcançar o patamar pré-pandemia; por outro lado, a renda dos mais ricos vem sofrendo uma queda substantiva. Por exemplo, entre os 4º trimestres de 2019 e 2020 a renda dos 40% mais pobres no conjunto das metrópoles caiu 30%, enquanto a renda dos mais ricos teve redução de somente 7,3%. Já entre 2020 e 2021 o quadro se inverteu, com o aumento de 23% na renda dos mais pobres, e redução de 7% da renda dos mais ricos. Essa perda relativa do rendimento dos mais ricos, combinada com a elevação relativa dos rendimentos dos mais pobres, explica a diminuição da desigualdade de renda junto à redução do rendimento

médio registrada ao final de 2021<sup>7</sup>. Os dados mais recentes, de 2022, contudo, apontam uma tendência de perda tanto para os mais ricos quanto para os mais pobres, aprofundando a redução do rendimento médio já apontada anteriormente.

Na figura 9 está exposta a evolução da média de rendimentos dos 40% mais pobres em cada trimestre ao longo da série histórica. Nessa figura é possível observar o processo constatado na figura 8, de perda abrupta dos rendimentos entre o 1º e o 2º trimestre de 2020, sua relativa recuperação até o 4º trimestre de 2021 e nova redução no 1º trimestre de 2022, quando atingiu R\$240,79. É possível perceber também que esse valor já vinha em uma tendência de queda desde o final de 2014, e que o valor registrado no 1º trimestre de 2020, embora mais alto em relação ao que se registrou nos trimestres seguintes, de crise sanitária, era então o 4º menor valor da série histórica. Isso indica que, embora tenha havido uma tendência importante de recuperação dos rendimentos ao longo de 2021, se deu em patamares muito baixos quando comparado com o restante da série histórica, de modo que não é possível apontar para uma melhora das condições econômicas desse estrato de renda no período.

---

7 Na figura A1, em anexo, vemos que um movimento muito similar tem ocorrido para o Brasil como um todo



**FIGURA 9: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

Na figura 10, está exposta a média móvel do rendimento médio dos 40% mais pobres para cada uma das Regiões Metropolitanas do Brasil e para o seu conjunto nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. Para o conjunto das regiões metropolitanas, a renda domiciliar per capita teve uma queda de 24,8% entre o 1º trimestre de 2020 e o mesmo trimestre de 2021, e um aumento de 18,7% entre o 1º trimestre de 2021 e o mesmo trimestre de 2022, consolidando uma queda de 10,7% ao longo de dois anos. Na maior parte das metrópoles se repetiu esse padrão de perda no primeiro ano e relativa recuperação no segundo. Apenas em quatro metrópoles os ganhos entre 2021 e 2022 superaram as perdas no ano anterior: Manaus, Maceió, Belo Horizonte e Distrito Federal.

Em relação às diferenças macrorregionais brasileiras, ao considerar o rendimento médio per capita dos 40% mais pobres, observa-se que todas as metrópoles das regiões Norte e Nordeste estão abaixo da média do Conjunto das Regiões Metropolitanas, assim como a metrópole do Rio de Janeiro. As cinco Regiões Metropolitanas com os menores rendimentos nesse estrato de renda, em ordem crescente, eram: Recife [R\$ 104], João Pessoa [R\$ 109], Salvador [R\$ 129], Natal [R\$ 138] e Teresina [R\$ 142]. As demais Regiões Metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram rendimento médio acima do Conjunto das Regiões Metropolitanas. Aquelas que apresentaram os maiores níveis de rendimento médio, em ordem decrescente, foram: Florianópolis [R\$ 422], Distrito Federal [R\$ 367], Curitiba [R\$ 342], Goiânia

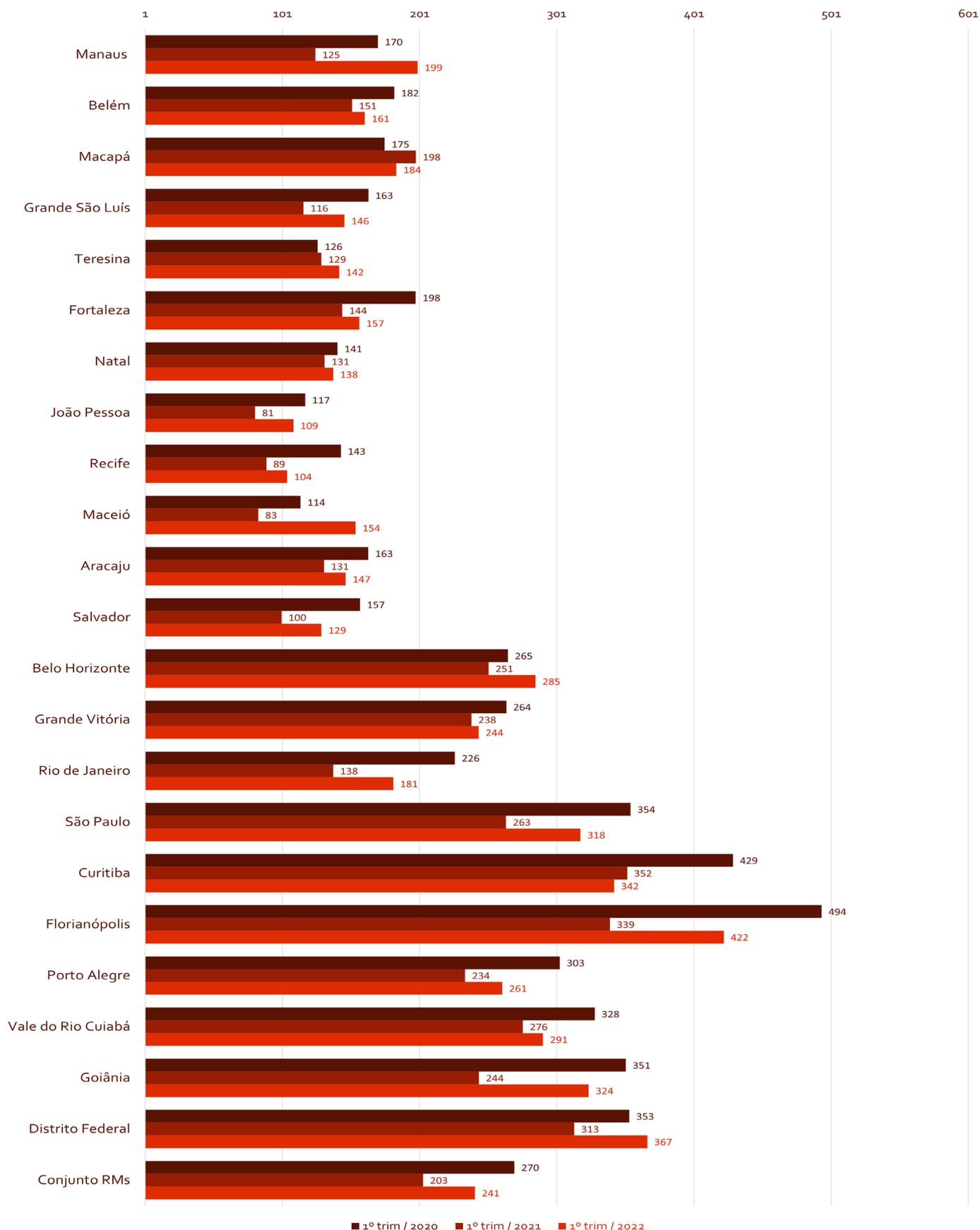
[R\$ 324] e São Paulo [R\$ 318].

A evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), para o Conjunto das Regiões Metropolitanas, está plotada na figura 11<sup>8</sup>. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 1º trimestre de 2012 essa razão era de 21,0, alcançando a razão de 21,7 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 21,7 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão voltou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 27,2 vezes mais que a população da base da distribuição.

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira muito abrupta - a razão no começo de 2020 era de 27,3 e alcançou o patamar de 37,2 no 1º trimestre de 2021. Nos quatro trimestres de 2021 essa razão de rendimentos teve uma suave redução

---

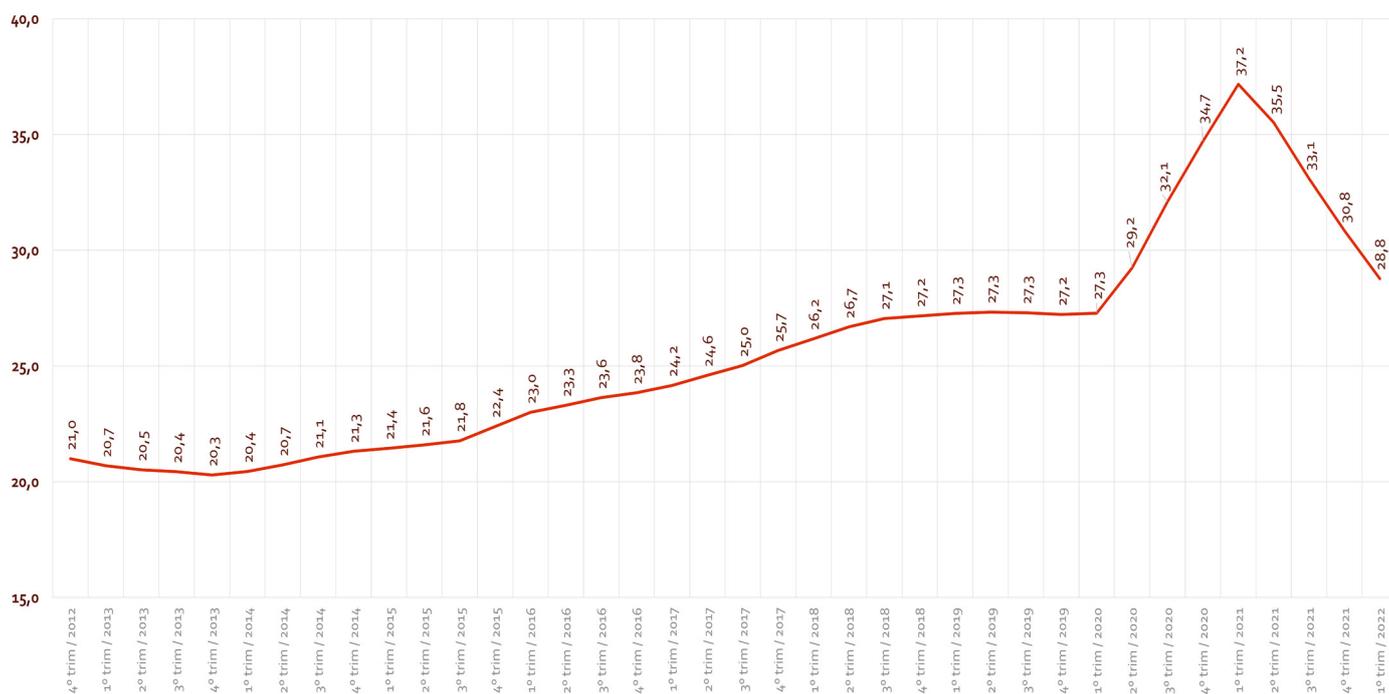
8 A fim de garantir maior estabilidade na medida, utilizamos as médias móveis (4 trimestres) para o cálculo da razão de rendimentos.



**FIGURA 10: Média de rendimentos\* dos 40% mais pobres – Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



**FIGURA 11: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).

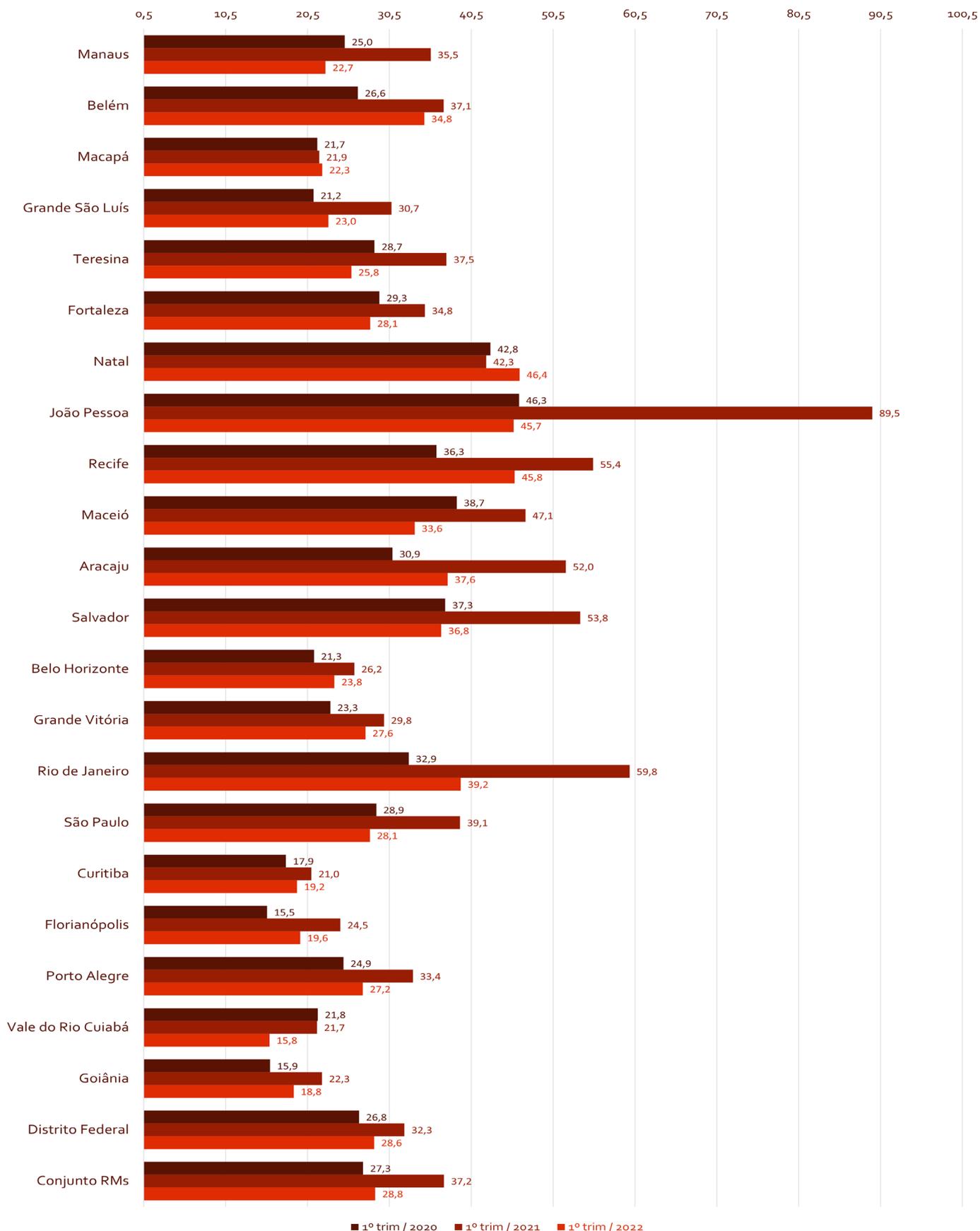
e alcançou o valor de 28,8 no 1º trimestre de 2022, valor ainda superior ao do 2º trimestre de 2020. Isso demonstra que, apesar de todos os estratos de renda terem perdido rendimento nos últimos trimestres no ano de 2020, a ampliação da desigualdade observada ao longo de 2020 pelo coeficiente de Gini decorreu de perdas muito mais acentuadas para o estrato de menor renda - os 40% da base da distribuição - e que a redução nas desigualdades registradas no último trimestre ainda é insuficiente para superar o crescimento ocorrido ao longo de 2020.

Na figura 12 são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. Para o Conjunto das Regiões Metropolitanas ocorreu uma grande elevação da razão de rendimento entre 2020 e 2021, seguido de uma redução entre 2021 e 2022, chegando a uma razão de rendimentos de 28,8. Isso significa que os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 28,8 vezes mais que os 40% da base da distribuição.

Com a exceção das regiões metropolitanas de Natal e do Vale do Rio Cuiabá, em todas as regiões metropolitanas se registrou aumento da razão de rendimentos entre os 1º trimestres de 2020 e 2021. Já entre os mesmos trimestres de 2021 e 2022, a tendência geral foi de queda, embora em apenas oito das metrópoles essa

queda tenha superado o aumento do ano anterior. Isso fez com que, na comparação entre os 1º trimestres de 2020 e 2022, tenha se registrado aumento da razão de rendimentos na maioria das metrópoles, apontando para a elevação da desigualdade de renda no período da pandemia.

As cinco Regiões Metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 1º trimestre de 2022 foram, em ordem decrescente, Natal [46,4], Recife [45,8], João Pessoa [45,7], Rio de Janeiro [39,2] e Aracaju [37,6]. No extremo oposto, as Regiões Metropolitanas em que a razão de rendimentos no 1º trimestre de 2022 apresentavam os menores níveis eram, em ordem decrescente, Macapá [22,3], Florianópolis [19,6], Curitiba [19,2], Goiânia [18,8], e Vale do Rio Cuiabá [15,8].



**FIGURA 12: Razão de rendimentos\* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 2º trimestre 2021 / IPCA).



# 04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO

Nesta seção são apresentados os dados relativos à parcela da população que tem rendimentos abaixo de um quarto do salário-mínimo. Assim, buscamos mensurar a parcela da população sujeita à situação de vulnerabilidade e que vive com rendimentos que podem ser considerados muito baixos. A população nessas condições é constituída pelo conjunto dos indivíduos vivendo em domicílios com rendimento do trabalho per capita inferior a um quarto do salário-mínimo. Tomamos como referência o valor do salário-mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos.

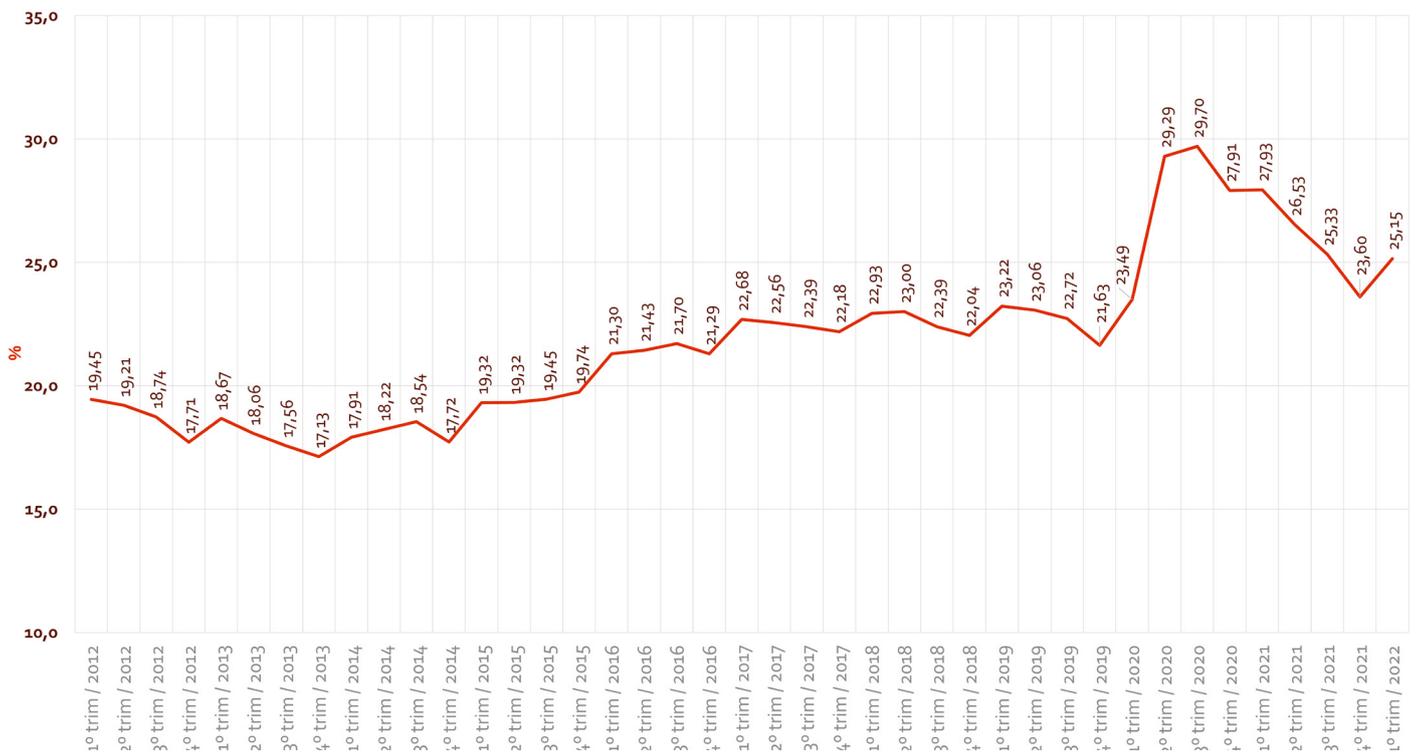
Na figura 13 está exposta a evolução do percentual de indivíduos com renda de até ¼ do salário-mínimo para o Conjunto das Regiões Metropolitanas. Se percebe que entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015 essa taxa flutuou entre 18% e 20% com pequenas variações, mas mantendo certa estabilidade. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019 essa taxa sofreu pequenas elevações, chegando a um patamar um pouco mais alto, flutuando entre 22% e 24%. A partir do 1º trimestre de 2020 essa taxa sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série história, 29,7%, no 3º trimestre de 2020, se estabilizando em cerca de 28%, nos dois trimestres seguintes, apresentando consecutivas reduções nos três trimestres seguintes e então uma elevação no último trimestre, alcançando a taxa de 25,2% no 1º trimestre

de 2022. Isso significa que 25,2% dos moradores das metrópoles estão em domicílios cuja renda média per capita do trabalho é de até ¼ do salário-mínimo.

Em termos absolutos, no 1º trimestre de 2020 tínhamos 19,4 milhões de pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita está abaixo desse nível de rendimentos no conjunto das metrópoles. Essa cifra subiu abruptamente para 24,6 milhões no 3º trimestre de 2020. A partir de então a tendência foi de queda, chegando a 19,7 milhões do quarto trimestre de 2021. No último trimestre, no entanto, a tendência de queda foi interrompida e houve novo aumento, com aquela cifra subindo para 21,1 milhões de pessoas. Em termos percentuais, o aumento no último trimestre foi de 23,6% para 25,1%.

Na figura 14 estão apresentadas as médias móveis do percentual de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário-mínimo, para cada uma das Regiões Metropolitanas, nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda e rendimentos, no conjunto das regiões metropolitanas foi registrado aumento elevado entre 2020 e 2021 seguido de queda no período seguinte, entre o 1º trimestre de 2021 e de 2022, porém essa queda foi inferior ao aumento registrado anterior.

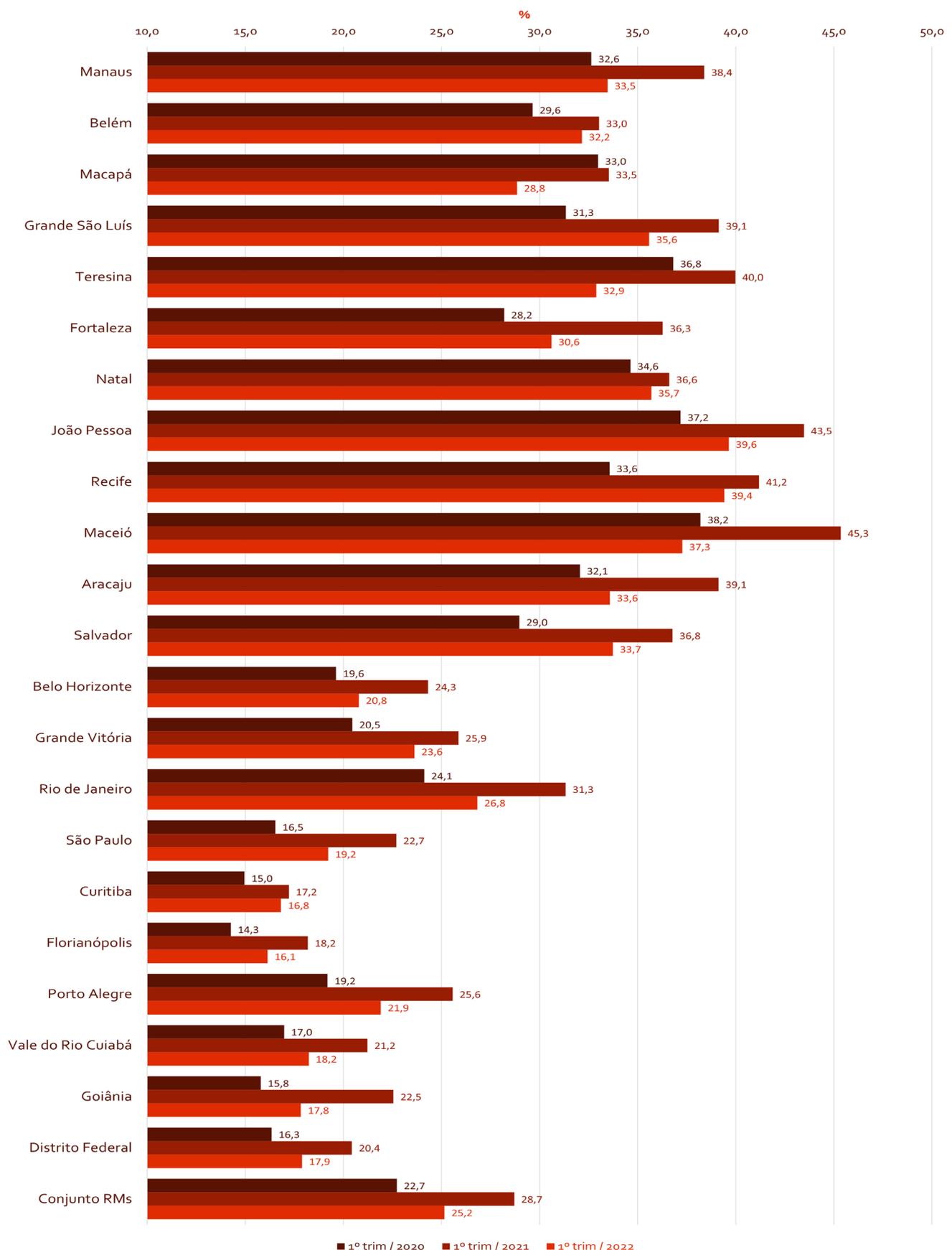
A taxa de pessoas vivendo com rendimentos inferiores a ¼ do salário-mínimo se manteve mais elevada nas



**FIGURA 13: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento\* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



**FIGURA 14:** Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento\* per capita de até ¼ do salário-mínimo Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres) (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste (com exceção da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) e Centro-Oeste.

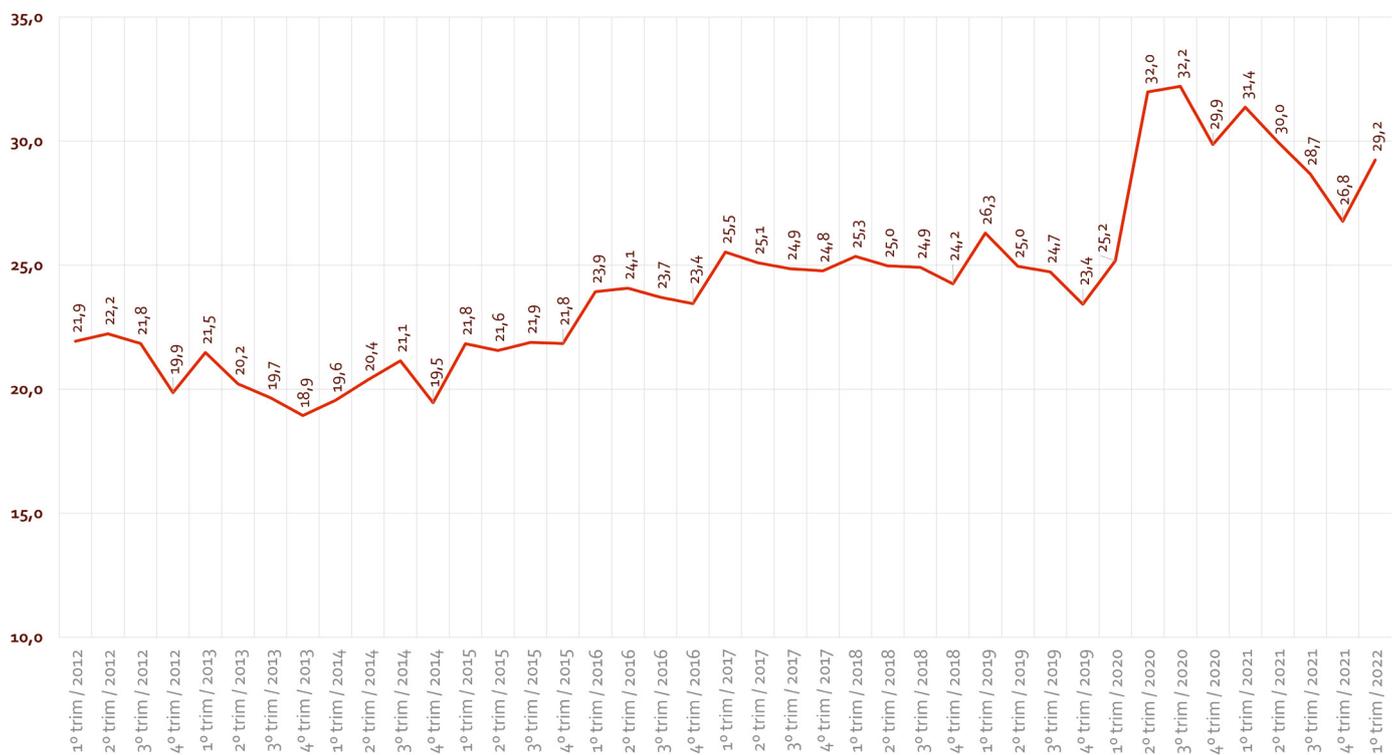
Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo no 4º trimestre de 2021 foram registradas nas Regiões Metropolitanas de João Pessoa [39,6%], Recife [39,4%], Maceió [37,3%], Natal [35,7%] e Grande São Luís [35,6%], todas Regiões Metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, Vale do Rio Cuiabá [18,2%], Distrito Federal [17,9%], Goiânia [17,8%], Curitiba [16,8%] e Florianópolis [16,1%].

Além disso, se verifica que essas taxas são superiores às registradas antes da pandemia, no 1º trimestre de 2020, para quase todas as regiões metropolitanas, com a exceção de Macapá, Teresina e Maceió. Ou seja, em que pese a redução da parcela de brasileiros vivendo com rendimentos inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo em relação aos momentos mais graves da pandemia, a situação relativa à vulnerabilidade ainda não apresentou recuperação suficiente para superar a piora nos indicadores. Para o Conjunto das Metrôpoles, a elevação no período de dois anos, entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2022, foi de 11,0% e as Regiões Metropolitanas em que se observaram os

maiores aumentos foram Recife [17,2%], São Paulo [16,4%], Salvador [16,2%], Grande Vitória [15,1%] e Porto Alegre [14,1%].

Nos gráficos 15 e 16 estão expostos os dados relativos ao percentual de crianças de até cinco anos de idade vivendo em domicílios com rendimento per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo. Esses dados buscam indicar o percentual de crianças que vivem em lares vulneráveis, com rendimentos do trabalho bastante reduzidos. Na figura 15 está a evolução deste percentual desde o início da série histórica, o 1º trimestre de 2012. Se nota que esse percentual tem um comportamento bastante semelhante ao apresentado na figura 13, com um perfil de estabilidade entre 2012 e 2015, seguido de uma elevação e nova estabilidade entre 2016 e 2019 e com um elevado crescimento a partir do 2º trimestre de 2020, quando se passam a sentir os efeitos econômicos da pandemia. Contudo, os valores relativos ao percentual de crianças em situação de vulnerabilidade são superiores ao da população em geral em todos os momentos e chega a atingir 32,2% no 3º trimestre de 2020, o valor mais alto da série histórica.

Assim como os indicadores de vulnerabilidade para a população em geral, a partir do 1º trimestre de 2021 esse percentual passa por reduções sucessivas e, no último trimestre, por um novo aumento, chegando a 29,2% - valor próximo ao registrado nos piores momentos da pandemia e superior a qualquer valor registrado



**FIGURA 15: Crianças (até cinco anos de idade) vivendo em domicílios com rendimento\* per capita de até ¼ do salário-mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

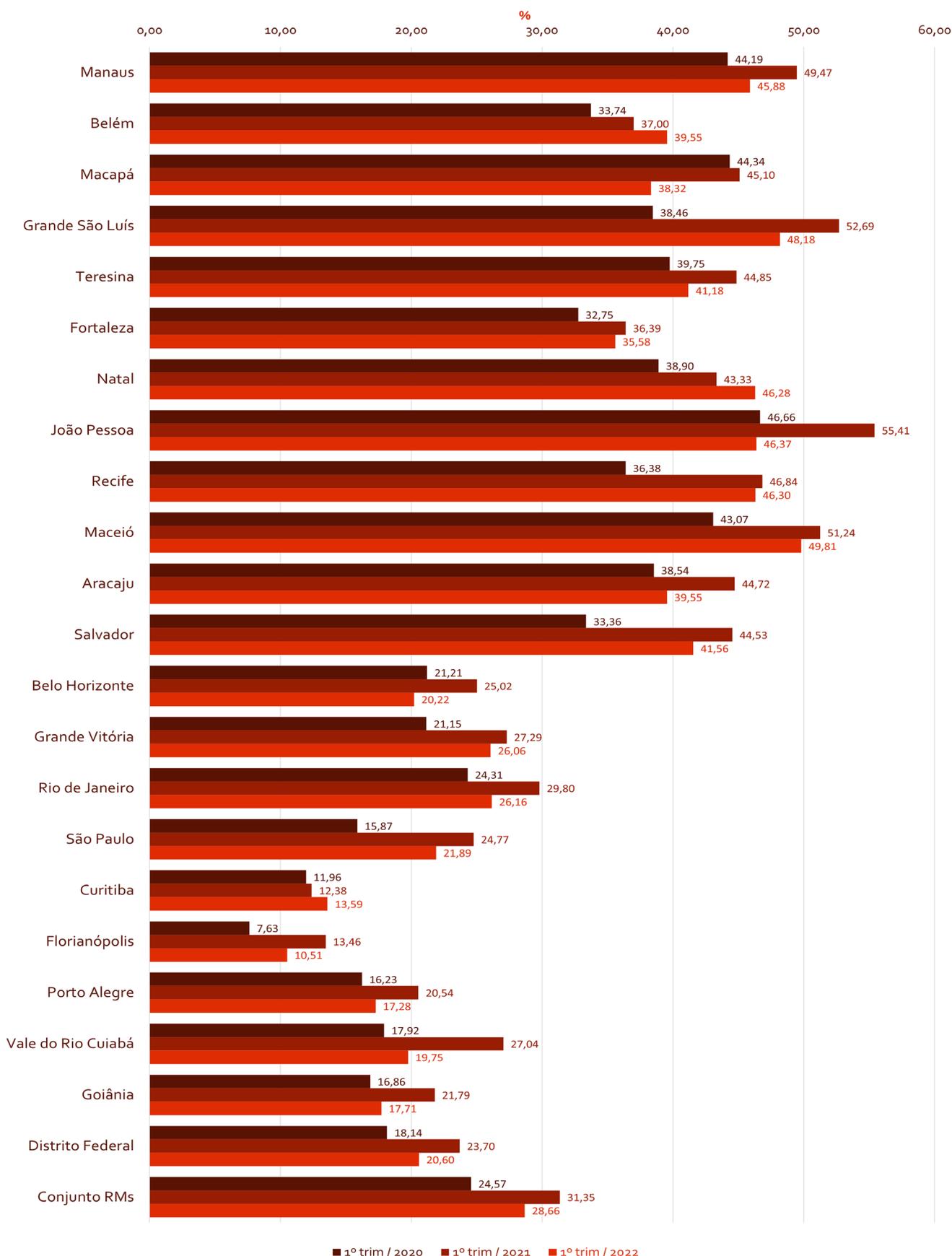
Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

anteriormente a 2020. Isso indica que no trimestre mais recente, 29,2% das crianças que vivem nas regiões metropolitanas vivem em lares com rendimentos inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo per capita. Em termos absolutos, são 1,8 milhões de crianças nessa situação no conjunto das metrópoles, o que é um número maior que o da população total de Regiões Metropolitanas de Natal, João Pessoa, Maceió ou Florianópolis, entre outras.

Na figura 16 estão apresentados os percentuais de crianças de até 5 anos de idade vivendo em domicílios com rendimento per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, para cada uma das Regiões Metropolitanas, nos 1º trimestres de 2020, 2021 e 2022. Assim como os outros indicadores de desigualdade de renda, no conjunto das regiões metropolitanas foi registrado aumento elevado entre 2020 e 2021 seguido de queda inferior no período seguinte, entre os 1º trimestres de 2021 e de 2022. Nas diferentes regiões metropolitanas esse padrão se seguiu e em quase todas elas o percentual de crianças em vulnerabilidade no 1º trimestre de 2022 foi superior ao mesmo trimestre de 2020, as exceções foram as metrópoles de Belo Horizonte, João Pessoa e Macapá.

Assim como registrado para a população em geral, a taxa de crianças vivendo com rendimentos inferiores a  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo foi mais elevada nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e mais baixa nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Os maiores percentuais de crianças vivendo em domicílios com rendimento per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo no 4º trimestre de 2021 foram registradas nas Regiões Metropolitanas de Maceió [49,9%], Grande São Luís [48,2%], João Pessoa [46,4%], Recife [46,3%] e Natal [46,3%], todas Regiões Metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as Regiões Metropolitanas que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, Vale do Rio Cuiabá [19,8%], Goiânia [17,7%], Porto Alegre [17,3%], Curitiba [13,6%] e Florianópolis [10,5%].



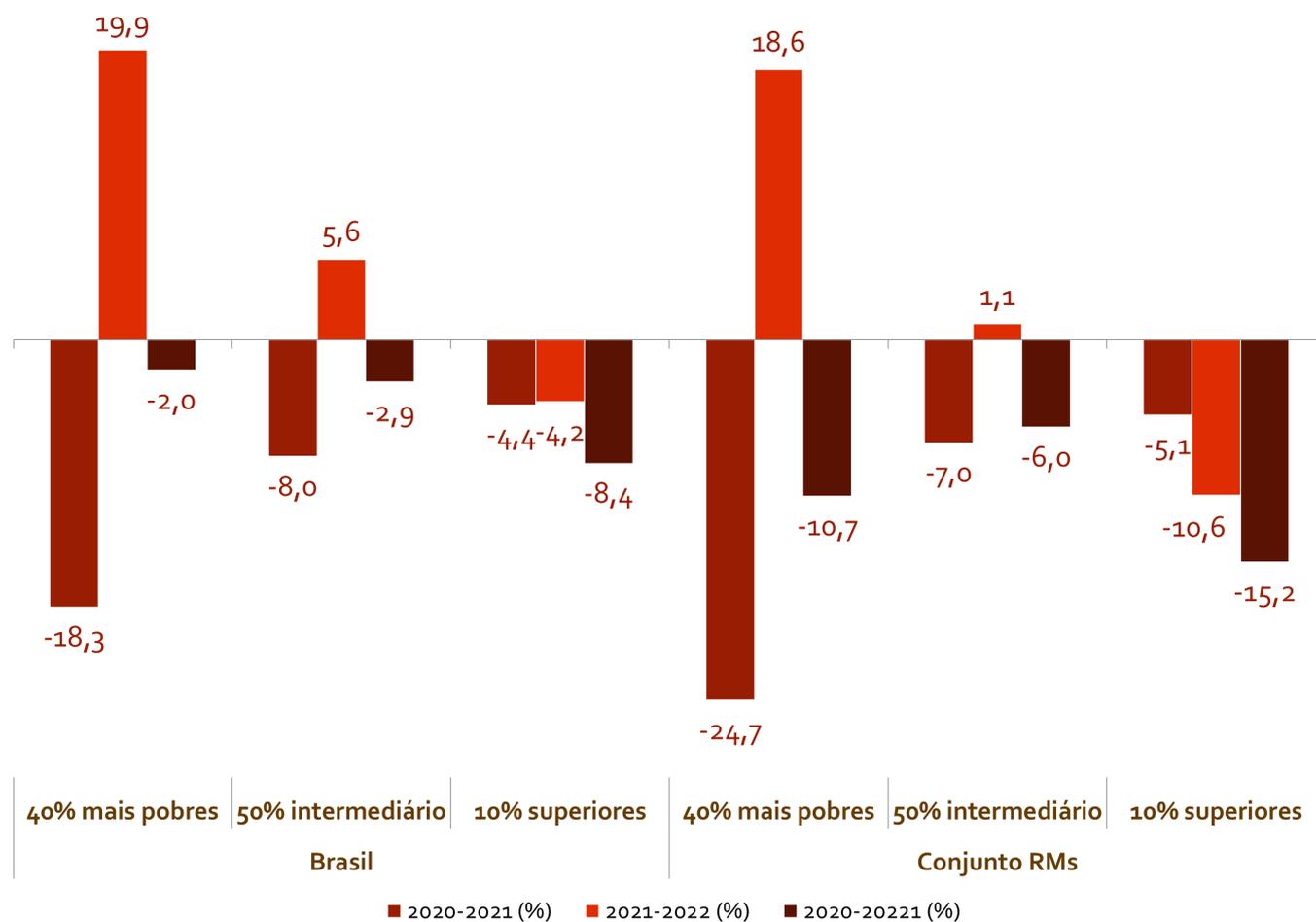
**FIGURA 16: Crianças (até cinco anos de idade) vivendo em domicílios com rendimento\* per capita de até ¼ do salário-mínimo Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres) (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).



# ANEXO



**FIGURA A1: Variação da Média de Rendimentos\*, por Estrato de Renda - Brasil e Conjunto das Regiões Metropolitanas (%)**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (\*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2022 / IPCA).

# PUCRS



**OBSERVATÓRIO  
DAS METRÓPOLES**

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia



Red  
**ODSAL**  
Red de Observatorios de la Deuda  
Social en América Latina desde sus  
Universidades Católicas